

O PODER DO REAL¹

J. Chasin

Os episódios que marcam e destacam o panorama brasileiro do biênio 94-95 são muito mais do que simples elos emperrados do curso econômico-político de um país desafiado por impasses e dilemas. Com efeito, a sucessão dos mesmos envolve o trânsito entre dois quadros ou perfis históricos da vida nacional, cujo impulso é condicionado tanto por influxos internos, quanto por novas determinações do sistema global a que sempre pertenceu a formação brasileira.

O período compreende a parcela mais consistente e significativa do governo Itamar Franco e tem por protagonista o atual presidente da República, desde o momento em que este assumiu, em contexto crítico, a pasta da Fazenda da administração anterior, por cujo desempenho se converteu no candidato imbatível das últimas eleições, curso político que tem continuidade agora centrado nas reformas constitucionais, tidas e proclamadas como a chave resolutiva da crise brasileira.

A DISPUTA ELEITORAL

O próprio quadro sucessório de outubro de 94 - a fisionomia das candidaturas e o teor das forças políticas que entraram em confronto - foi delineado, no essencial, pelas marcas e tensões próprias às mudanças de fundo que vêm pressionando para chegar à superfície e se imporem como a nova lógica da existência nacional. As qua-

tro candidaturas principais sintetizaram o cenário básico, cada uma portando significados que por suas contraposições desenharam à perfeição o que de mais relevante estava e continua estando em jogo.

Leonel Brizola e Orestes Quércia, não só pela extrema precariedade de seus cacifes eleitorais, mas em especial na pobreza de suas mensagens, deram corpo aos lados mais inertes dos vetores políticos em luta. O ex-governador paulista, também sob a condição de ex-presidente nacional do PMDB, desacreditado e reduzido à própria sombra, bem compôs a caricatura do desenvolvimentismo técnico-burocrático arrimado nas entranhas de um estado exaurido. O anacronismo de seu discurso, postiço e marqueteiro, só rimou com o ar de boneco de ventríloquo que o candidato exibiu a título de factótum moderno e diligente. Imagem reversa do ardiloso dirigente partidário que fez carreira às custas do clientelismo de província.

Variante muito mais dolorosa foi o epílogo da carreira de Leonel Brizola, desde logo pela envergadura histórica do personagem, protagonista que foi ao longo de décadas do que de mais generoso a cena política brasileira foi capaz de produzir desde os anos cinqüenta. Com suas contradições e largas insuficiências, representara o prisma do desenvolvimento nacional sob o crivo do desenvolvimento social, debaixo de equações práticas que foram de ousadas a bizarras, mas sempre, excetuado o pleito de 94, com senso realista e em grande sintonia com as aspirações populares. Foi o que lhe faltou, radicalmente, no último processo sucessório, quando a ótica nacional-desenvolvimentista já não correspondia, objetivamente e de há muito, ao campo de possíveis do quadro brasileiro e dos países periféricos em geral.

Sem o arrimo da atmosfera que o produziu e sublimou, Leonel Brizola foi então a figura sofrida e lastimável da perplexidade de-

¹ Publicada originalmente em *O Mundo Hoje* 95/96. Ensaio, São Paulo, 1986.

sesperada. Deu mostras à saturação de que estava simplesmente em atonia, chegando a confessar sua incapacidade radical para compreender as viragens em curso. Mas nem dessa fraqueza declarada conseguiu extrair um grânulo de orientação política, e persistiu somente com slogans esvaziados pelo tempo e com a denúncia suicida do Plano Real. Finalizou melancolicamente a campanha, impondo um epílogo injusto à grandeza de sua carreira.

A campanha só existiu, em realidade, para a contenda desequilibrada entre a potência multiforme da candidatura de Fernando Henrique Cardoso e a inferioridade polimorfa da postulação de Luís Inácio da Silva. Esse embate resumiu a essência da metamorfose pela qual o país se voltou e foi compelido a se voltar à renovação de suas formas de existência, no interior do evoluir da acumulação ampliada do capital, infletida por novos parâmetros históricos de produção e circulação.

No pólo mais acanhado e redundante, reproduzidor exasperado de um discurso duplamente vencido, tanto como projeto nacional quanto de classe, situaram-se o PT, os grêmios a ele coligados e seu candidato presidencial - não mais que o dispositivo remanente da derrota de 89. É extraordinário, mas não surpreendente, como esse aglutinado político foi capaz de fazer de si a súpula obscura de vários despropósitos. Porém, os erros espessos de campanha apenas desbordaram o âmago infundado da típica postura petista e de suas proposituras. O mais apropriado, talvez, seja conceber que se esteve diante de uma fantasmagoria, produzida pela mescla da morte da esquerda - depois de uma longa e comprometedora agonia de décadas - com a extensão da utilidade história do sistema do capital, reativado com os brilhos dos novos padrões de produtividade e o gigantismo de seu comércio planetário. Fantasma, em suma, do qual é impossível dizer que tenha ou terá alguma coisa a ver com o futuro,

mas que decerto reporta duramente ao passado, e de modo abstruso e esterilizante.

Somando anacronismos e desconchavos, o aparato petista não só facilitou a vitória do adversário, mas intensificou a desqualificação até mesmo das virtualidades mais remotas de uma proposta alternativa à esquerda. Demonstrando, mais uma vez, falta de acuidade política - e agora em orfandade teórica, pois antes vivera acostado à *analítica paulista*, da qual seu oponente sempre fora um dos maiores expoentes - fez-se herdeiro improvisado de um amálgama antigo entre um certo desenvolvimento capitalista nacional autogovernado e de pretensa inflexão à esquerda por conta de seu vínculo ao movimento sindical. A seu modo, em suma, reclamou pela idealidade das obrigações sociais da economia de estado, sem distinguir entre patrimônio público e mazelas corporativistas, e remeteu ao oco do oco com as ilusões e promessas de um estado limpo e correto sob a magia redentora do poder, se posto debaixo da tutela de Luís Inácio, sem nunca se interrogar - o que seria de lei numa posição efetivamente de esquerda, e hoje mais do que sempre, dadas as lições do século - pela natureza do poder político e de suas patentes limitações e perversões universais. Não entendendo a marcha dos acontecimentos, tanto os mais tópicos quanto as latências operantes em profundidade, levou ao paroxismo seu feitiço subjetivista de atuação, que se resumiu a verberar, contra a vivência e as expectativas otimistas dos setores mais desfavorecidos da população, o Plano Real e o seu criador político. E a partir desse lastro de espuma, sob antigas ressonâncias nacionalistas, confundiu, mais do que nunca, esquerda e estatismo redentor, pela emissão de mensagens abstratas de regeneração da miséria, mas cuidando que o discurso não afligisse os setores médios, nem tornasse impossível seu pretendido namoro com o empresariado. Um perfeito cafarnaum, que traduz de modo agudo a crescente inconsistência ideológica da agremiação, que sempre se envergonhou de sua autêntica vocação natu-

ral, mas se orgulha das próprias aporias; ou seja, obstinada em não se reconhecer como uma vertente popular do social-democratismo, feição na qual seria legítima e politicamente útil, rateia no sonho informe e pretensioso de ser o cadinho e o paradigma de uma nova esquerda, enquanto reproduz algumas das piores mazelas da falecida esquerda tradicional: o politicismo voluntarista e seu correlato, o emprego tático do discurso teórico, com todo o desdém pelos critérios objetivos de verdade.

Postulação eleitoral estruturada e coerente só foi apresentada pela candidatura de Fernando Henrique Cardoso, seja enquanto campanha política seja como diagnóstico de realidade; ambas organicamente vinculadas, o que é mérito especial e chave do sucesso alcançado. Unidade para a qual as características públicas e intelectuais do próprio candidato foram decisivas, pois não é preciso ter FHC por guru político e menos ainda como guia teórico para admitir sua estatura e consistência nos dois planos. Em verdade, seu pleito à presidência da República foi a resultante natural e coerente de sua própria vida, naquilo que esta realça de mais profundo e bem elaborado, tendo sido capaz de buscar e tirar proveito do conjunto de oportunidades que a trajetória brasileira pôs à disposição de suas inclinações e propósitos. Também sob esse aspecto foi uma candidatura excepcional em face dos moldes políticos nacionais, pelos quais o espírito rústico e a esperteza têm substituído a inteligência, e o discurso de ocasião tem ocupado o lugar das convicções bem articuladas.

Todavia, importante e influente, não há pouco a criticar na obra científica de F. H. Cardoso, mas esta não só não foi contraditada por sua candidatura como o pleito eleitoral do autor, no talhe em que se efetivou e foi vitorioso, é impensável sem a pedra angular de sua interpretação da vida nacional. Há entre o acadêmico e o político antes harmonia fundamental do que dissonâncias de relevo. O

conjunto de seus textos mais significativos - desde a tese de doutoramento, *Capitalismo e Escravismo no Brasil Meridional* (1962), e de forma mais específica *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, bem como *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* - firma uma síntese categorial que, a propósito de esclarecer as especificidades do capitalismo no Brasil, rende um diagnóstico centrado na perversidade da *modernização conservadora*. Constante histórica pela qual os processos brasileiros de mudança reproduziam sempre as mazelas sociais preexistentes, e por efeito do mesmo padrão, a cada turno sucessivo, outras mais se agregariam, sem que, no entanto, a tematização do sociólogo abra espaço à interrogação pelas eventuais alternativas que poderiam emergir das virtualidades humano-societárias do trabalho. A derrota da esquerda e do nacionalismo em 64 consolidou esse feito unilateralizante de sua reflexão, e o evoluir do plano internacional nas últimas décadas acabou por excluir inteiramente essa problemática de suas cogitações, sob a ressalva de que a mesma deixou de estar presente no horizonte prático da humanidade. Tal preeminência do político sobre o cientista é corriqueira, habitualmente legitimada sob a pressão e o critério da prática imediata e de seu leque restrito de possibilidades. De sorte que FHC não burlou ninguém, seja na esfera teórica seja no terreno político. Aqueles que se equivocaram, na avaliação de seu pensamento, e depois ficaram perplexos, diante da natureza e desenvoltura de sua prática, estavam enganados de há muito e por conta própria, tornando a errar nos embates da campanha, agora do modo mais incongruente e inaceitável: ao arrepio dos atributos reais do atual presidente da República e pela desqualificação de sua inegável compostura política.

MUNDIALIZAÇÃO E CRISE SOCIAL

Competência teórica e prática desde logo posta em evidência pela formulação da aliança PSDB-PFL, concebida e armada na qualidade de condição de possibilidade da própria candidatura e da viabilização ulterior de seu programa de governo. O sucesso de FHC, candidato e governante, principiou nessa equação estratégica, fundada na compreensão de que, no quadro sócio-político brasileiro, vitórias eleitorais e exercício regular de poder só têm sido possíveis na forma da conciliação de propósitos, da aliança de vetores políticos que se reconheçam como agentes complementares na consecução, sob tensões internas, de um montante dado de objetivos comuns, assumidos e anunciados como demandas nacionais.

Tendo por arrimo o sucesso do plano de estabilização monetária, a plataforma da coligação articulou os dois complexos problemáticos mais abrangentes e de máxima urgência no cenário brasileiro: a inserção da economia nacional nos marcos da mundialização e o combate sustentado à miséria social, que mina e contradita a envergadura econômica do país, a ponto de ter passado a constrianger, ao que parece, até mesmo suas elites, tradicionalmente beneficiárias da mesma e insensíveis ao problema. Nessa armação programática, as tendências do momento histórico efetivo, nacional e mundial, vieram ao encontro das convicções mais atuantes de FHC, de modo que a solvência da questão societária é derivada do encaminhamento resolutivo da problemática da globalização, ambos remetidos à temperança da ação mediadora e corretiva do estado. Nisto residiu a força e a ilusão necessária da campanha, bem como sobre as mesmas bases descansa agora a vitalidade do governo que ela produziu: força composta pela correta apreensão do momento real em seus limites, casada à propensão intrínseca das disponibilidades políticas mobilizadas; e por catalisador a ilusão necessária, sustentando a idealidade do aparato eleito como representação incorporadora da universalidade dos brasileiros no melhor de suas perspectivas presentes e futuras.

Dada a esterilidade analítica e prática das vozes partidárias que teimam em se arrogar como esquerda, e considerada a efetividade inamovível da maré montante dos mercados mundiais de produção e circulação, bem como dos inauditos padrões da atividade produtiva em universalização, é mais do que difícil recusar ao programa de FHC senso de realidade e pertinência prática, da mesma forma que é impossível deixar de por em xeque sua evanescente ilusão necessária. Sem ter à disposição, literalmente, outra referência de fundo, o centro lógico da programática governamental é regulado pela lógica sem precedentes da nova fase de acumulação ampliada do capital, ou seja, pelos nexos operantes do novo patamar tecnológico e da mundialização do mercado, os quais, por sua extensão e complexidade, não se confundem com as meras e restritas postulações da receita ideológica neoliberal. A identificação forçada de níveis tão diversos - a atuação material de lógicas de realidade e a propositura maquiada de interesses - por simples malícia política, como por vezes tem ocorrido, não opera mais do que a mágica adversa de ocultar, dos que se alinham por semelhante extravio, os contornos marcantes da face atual do capitalismo, o que leva ao estupor do aprendiz de feiticeiro.

Hoje, confinada ao mínimo, a diferença entre governo e oposição está na disponibilidade mental para admitir as viragens deste fim de século e, por conseguinte, o acanhado panorama sócio-político daí emergente. Já esta distinção, favorável ao governo, sinaliza o potencial das atitudes: enquanto as frações oposicionistas nada mais fazem do que dar as costas aos nexos do presente, só arrimando olhares de desforra na próxima sucessão presidencial (1998), sob a mesma perspectiva irredenta que as levou às derrotas recentes, a administração de FHC não perde de vista a lógica específica dos movimentos atuais do capital e de seus influxos na saga interna, isto é, mantém bem aberto ao menos um olho para a realidade encrespada na qual é obrigada a navegar, águas pelas quais ma-

nifesta afinidade natural, dado o quadro de suas atribuições e circunstâncias. É - e se assume - como aparelho de estado na ordem mutante do capital, longe do semblante de qualquer dispositivo político de transgressão da mesma, perfil que o levaria a tombar no vazio ou a patinar no perigoso plano inclinado do ridículo, lombada pela qual andam tropicando seus oponentes menos articulados.

É esse olhar cativo, mas desperto, que propugna o complexo das reformas constitucionais como síntese de ação governamental e vasta empreitada política. Enquanto poder constituído, sabe que está em face de um caminho irreversível, e obrigado a lidar com um emaranhado de inúmeros problemas e interesses conflitantes. Rota de ajustamento ao mercado mundial que não é um simples ato de vontade, tanto quanto a figura deste não é a resultante de um mero complô, mas um complexo objetivo por efeito de antigas determinações, precípuas ao sistema, cujo entendimento e crítica já datam de mais de um século, assim como seu indefectível amoralismo. Paradoxalmente, isso é melhor sabido e considerado pelos governantes do que por seus oponentes, donde a força dos primeiros e a debilidade nervosa dos outros.

PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO E EXCLUSÃO

Já ficou para trás a visão idílica do processo de globalização econômica que predominou, com a implosão do leste europeu, na virada dos anos oitenta para a década atual. A suposta linearidade e rapidez da propagação do fenômeno, então apregoada, bem como a irradiação planetária de seus benefícios, cederam lugar à admissão de um rumo inelutável, porém, entrecortado por desenvolvimentos desiguais, marchas e contra-marchas: uma via geradora, em suma, também de contraditoriedades sem precedentes, tanto por seus conteúdos quanto pelo gigantismo de seus efeitos. Foi sob esse prisma

bem mais realista que a incontornável travessia acabou se impondo, aos trancos, junto à opinião nacional e a seus agentes políticos; e a partir desses mesmos referenciais é que as possibilidades brasileiras nessa marcha batida podem e devem ser avaliadas.

O sistema produtivo nacional, desde sempre, encarnou seus perfis e o teor de suas modernizações subordinado aos empuxos dos pólos hegemônicos mundiais. Não é diverso o que se passa agora, diante da mais radical das revoluções tecnológicas, combinada ao quadro da globalização econômica. Todavia, dada a qualidade e a envergadura destas e o próprio grau de desenvolvimento material alcançado no país, as margens de manobra nos ajustes e seus efeitos possíveis também se diferenciaram, ao mudarem de natureza. Para o bem e para o mal, aqui se fecha e fica para trás um longo ciclo, cujas características dominaram a maior parte do cenário brasileiro neste século. Traços que, reduzidos ao essencial, conferiam ao país o semblante de uma entificação nacional que pelejava para completar sua formação capitalista, mas que reproduzia sempre, apesar da multiplicação das formas de crescimento e diversificação econômicas, a *incompletude de seu capital* e, por conseqüência, suas peculiares mazelas sociais e políticas. Toda essa problemática perdeu suas âncoras e se transfigurou, no bojo dos novos parâmetros internacionais do sistema de produção e circulação de mercadorias.

Dado o porte e a complexidade da produção material brasileira - por menos que pese ser uma das dez maiores economias do planeta, ou por mais que tal escore aponte antes de tudo para o índice de concentração da riqueza global em poucos países, vale dizer, para o grau da miséria física da humanidade no presente - é impensável o Brasil dissociado das novas tecnologias e do mercado globalizado. Até porque, independentemente de todas as inconsistências peculiares com que as tenha percorrido até aqui, as trilhas do país sempre estiveram imbricadas nos avanços mundiais dos meios de

produção e à dinâmica das trocas internacionais. Com efeito, no caso brasileiro, a transição demandada é antes uma regulação de caráter jurídico, por certo de largo alcance, do que uma reviravolta na essência das coisas. Em outros termos, considerado o processo formativo do capitalismo no Brasil, todo subsumido a regências metropolitanas, o momento atual é o desfecho imanente que perfaz seu pleno acabamento.

Durante largo período, em conformidade com o espírito que reinou junto aos países periféricos mais expressivos, a perspectivação do desenvolvimento brasileiro era dada por uma linha de para-autonomização nacional, à qual acriticamente a esquerda se atrelou. Rumo esgotado há décadas, chegam agora também ao fim os próprios vestígios da lógica do capital global que o suscitava ou, melhor, que o nutria como ilusão. Aflorava à época como possibilidade, entre real e aparente, nos contornos de uma produção de mercadorias internacional ainda delimitada ou de escala relativamente modesta, cuja circulação era efetivada, em regra, no âmbito bilateral de mercados mais ou menos restritos e cativos, sob a regência das potências centrais. E desaparecem até mesmo suas ilações mais remotas com a produção ampliada a grandezas sem limites e o intercâmbio comercial elevado ao primado das *trocas infinitas e superpostas*, sem embaraços de fronteira. De modo que crescer passou a supor a capacidade de ocupar nichos na infinitude da malha de produção atualizada, universo no qual os mercados interno e externo não mais se distinguem: ao capital social global corresponde agora o mercado único das trocas levadas ao paroxismo. Que tudo isso esteja repleto de contradições em todos os planos societários - muitas das quais ainda insondáveis, mas de cujo potencial negativo não há que duvidar - não altera a realidade e vigência dessa entificação no presente, e tanto menos sua irreversível força de determinação na prospectiva do futuro imediato.

Sem dúvida, a nova (des)ordem internacional do capital, produzido e reproduzido com alta tecnologia no mercado globalizado, não é a materialização de um sopro divino de bonança, plasmada em opulência e justiça. É, porém, e será cada vez mais, até onde possam os horizontes ser hoje vislumbrados, o mundo real a ser vivido por todos, embora sob a diversidade com que os países estejam habilitados a participar dele por efeito do desenvolvimento desigual que os enforma. Se o feitiço reside nas *trocas infinitas e superpostas* de mercadorias, produzidas sob o padrão da alta tecnologia, só poderá existir e padecer, *civilizadamente*, quem produzir e trocar sob as determinações desse complexo lógico de princípio. É deste que passou a descender o futuro, incluída a própria ultrapassagem subsequente de seus feitos, pela maturação da pletora de suas contradições virtuais e a emergência de novos agentes e mandatos societários, na história sem fim do homem e de sua efetivação.

O Brasil, no futuro imediato e palpável, é do grupo restrito de nacionalidades periféricas que maior proveito pode tirar da nova forma de acumulação ampliada do capital. Em verdade, não tem alternativa: ou participa dessa *civilização* ou envereda pela estagnação degenerativa. Pelo seu porte econômico, cultura e modernização tecnológica e a recém adquirida estabilidade política, tem inserção produtiva assegurada nos planos regionais e internacionais, inclusive pela experiência acumulada no comércio exterior. As reformas constitucionais no plano econômico buscam homologia e coerência, em relação à nova lógica do sistema, dos movimentos financeiros e do fluxo dos investimentos, abrindo espaços às inversões nacionais e estrangeiras na alavancagem do crescimento. Pelo seu potencial, em uma década ou duas, o país poderá estar alçado em alguns graus no quadro dos mais abastados.

Não será ainda a glória, tanto menos no curto prazo, inclusive porque, no âmbito das reformas do estado e correlatas, a ação

governamental não tem revelado a mesma inteligência e vivacidade que exhibe nas reformas econômicas. Ao término do mandato presidencial em curso, os bolsões de pobreza poderão ter encolhido um pouco, mas a miséria social continuará um problema estrutural. O saldo final do governo será, então, a *derrota honrosa* de FHC, base suficiente, é provável, para a sua reeleição.

J. CHASIN